



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

PARECER DO ÓRGÃO CONTROLE INTERNO – RELUCI

SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

Emitente: Controladoria Geral de Guarapari

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Gestor responsável: Edson Figueiredo Magalhães

Exercício: 2022

RELATÓRIO

1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho		Lei 4.320/64, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	75.666.467,22	75.666.467,22	Balancete da Despesa
1.2 Gestão Previdenciária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados registros contábeis orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrentes dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	13	13	Folha de pagamento do exercício de 2022.
1.2.2	Pagamento das obrigações Previdenciárias - parte patronal	2049/2022; 4265/2022; 7700/2022; 7702/2022; 9798/2022; 17078/2022; 17083/2022; 17086/2022; 19662/2022; 19667/2022; 19670/2022; 22173/2022; 22177/2022; 22182/2022.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	R\$ 3.969.287,27	1.347.218,63	Processos de pagamento de Contribuições Previdenciárias.
1.2.3	Registro por competência – Multas e juros por atraso de pagamento	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com	-	-	Balancete contábil



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

			Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.			
1.2.4	Retenção/Repasse das Contribuições Previdenciárias- parte servidor	2049/2022; 4265/2022; 7700/2022; 7702/2022; 9798/2022; 17078/2022; 17083/2022; 17086/2022; 19662/2022; 19667/2022; 19670/2022; 22173/2022; 22177/2022; 22182/2022.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei 4.105/2017	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 3.001.217,93	R\$ 1.038.588,28	Processos de pagamento de Contribuições Previdenciárias.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários.	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei 4.105/2017	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) Estão sendo registrados como passivo da entidade; b) Estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) Se seu total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) Se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente e como ativo no RPPS; e) Se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	-	-	Balancete Contábil, DELREP

1.2.8	Medidas de cobrança – créditos previdenciários a receber e parcelamento previdenciários a receber.		LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno. Constatou-se que não há parcelamento previdenciário realizado pelo Fundo de Saúde.		-	-
1.3 Gestão Patrimonial							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário	BALPAT BALVER INVALM INVIMO INVINT INVMOV	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	R\$ 57.256.169,00	R\$ 57.256.169,00	Inventários, Balanço Patrimonial
1.3.3	Disponibilidades Financeiras – depósito e Aplicação	EXTRATOS de 31/12/2021 TVDISP	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	-	Extratos bancários de dezembro de 2022; TVDISP.
1.3.4	Disponibilidades Financeiras – depósito e Aplicação	EXTRATOS de 31/12/2021 TVDISP	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 6.680.780,34	6.680.780.34	Extratos bancários de dezembro de 2022; TVDISP.
1.5. Demais Atos de Gestão							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
1.5.1	Documentos Integrantes da PCA- compatibilidade com o normativo do TCE		IN regulamentadora da prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas. Documentos disponibilizados até a data	-	-	Inventários; DECINAT; DELCEDI; DELREP; DEMDAT



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

1.5.2	Segregação de funções	6233/2022; 6598/2023; 9129/2023; 14393/2022; 21092/2021; 21104/2023.	CRFB/88, art. 37	de conclusão deste relatório. Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, execução, controle e contabilização das operações.	R\$ 11.462.619,15	R\$ 2.645.934,73	Processos de pagamento de despesas de capital
2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Descrição da Amostra
2.2.10	Execução de Programas e Projetos	LEI 4640/2021	CRFB/88, art. 167, I	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	75.679.553,49	75.679.553,49	Lei 4640/2021 – LOA; Balancete da despesa da UG Saúde; Leis e Decretos de abertura de crédito especial.
2.2.31	Despesa – liquidação	6233/2022; 6598/2023; 9129/2023; 14393/2022; 21092/2021; 21104/2023.	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	R\$ 11.462.619,15	R\$ 2.645.934,73	Processos de pagamento de despesas de capital
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	6233/2022; 6598/2023; 9129/2023; 14393/2022; 21092/2021; 21104/2023.	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	R\$ 11.462.619,15	R\$ 2.645.934,73	Processos de pagamento de despesas de capital
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em Lei específica.	Lei nº. 4640/2021 – LOA; Lei nº. 4554/2021 – LDO; Lei nº. 3751/2014 Lei nº.	Legislação Específica –Lei 3639/2013	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, LOA e em Lei específica.	R\$ 5.375.171,53	R\$ 5.375.171,53	Lei nº. 4640/2021 – LOA; Lei nº. 4554/2021 – LDO; Lei nº. 3639/2013 Lei nº. 3751/2014 Balancete da

		3639/2013 Lei nº. 3751/2014 Balancete da Despesa.					Despesa. Contribuição ao Hospital Infantil Francisco de Assis
2.5. Gestão Previdenciária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada	Descrição da Amostra
2.5.4	Alíquota Contribuição - Recolhimento	Resumo da folha de pagamentos	CF/88, art.40 LRF, art.69; Lei 9.717/1998, arts, 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Resumo da Folha de Pagamento de janeiro a dezembro (12 meses)	Resumo da Folha de Pagamento de janeiro a outubro (10 meses)	Resumo da Folha de Pagamento de janeiro a outubro e Lei 4105/2017. Alíquota Servidor = 14% Patronal =16%
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Amortização Legal		CF/88, art.40 LRF, art.69; Lei 9.717/1998, arts, 1º e 3º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36 §1º.	Verificar se os Acordos de parcelamento tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada. Constatou-se que não há parcelamento previdenciário registrado nos demonstrativos da Saúde.	-	-	Balancete contábil, DELREP.
2.5.26	Censo Atuarial		Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para a manutenção de base de dados adequada.	Realizado em 2018, conforme Decreto 613/2017.	-	Decreto 613/2017
2.6 Demais Atos de Gestão							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada	Descrição da Amostra
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se	-	-	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional do Município.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL**

		do Município.		apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.			- Funções de confiança
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional do Município.	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	-	-	Lei nº 102/2017- Estrutura Organizacional
3.1 Análises Contábeis							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada	Descrição da Amostra
3.1.1	Análise da Receita Orçamentária entre BALFIN e BALORC	BALFIN BALORC	Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se que o total da receita no BALFIN corresponde ao total registrado no BALORC	R\$ 20.722.345,39	R\$ 20.722.345,39	
3.1.2	Análise da despesa orçamentária entre BALFIN e BALORC	BALORC BALFIN	Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se que o total da despesa registrada no BALFIN corresponde ao valor apresentado no BALORC	R\$75.666.467,22	R\$75.666.467,22	
3.1.3	Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada	BALORC	Base Legal: artigos 85,101,102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se que a despesa empenhada é menor que a dotação atualizada.	R\$75.666.467,22	R\$75.666.467,22	
3.1.4	Análise entre o BALFIN e BALPAT em relação ao saldo da conta Caixa e	BALFIN BALPAT	Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que o montante de caixa e equivalente de caixa é igual nos demonstrativos analisados.	R\$ 8.717.723,89	R\$ 8.717.723,89	

	Equivalentes de Caixa (exercício anterior)						
3.1.5	Análise entre o BALFIN e BALPAT em relação ao saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.(exercício atual)	BALFIN BALPAT	Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que o montante de caixa e equivalente de caixa é igual nos demonstrativos analisados.	R\$ 10.812.787,49	R\$ 10.812.787,49	
3.1.6	Análise das informações da conta Caixa e Equivalente de Caixa nos demonstrativos: TVDISP e BALFIN	BALFIN TVDISP	Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se divergência de R\$ 674,89 (seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) entre o montante de disponibilidade registrado no TVDISP e no BALFIN.	R\$ 8.717.743,65	R\$ 8.717.743,65	
3.1.7	Análise do resultado patrimonial do BALPAT e DEMVAP. (exercício atual)	BALPAT DEMVAP	Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se a conformidade entre os valores registrados nos demonstrativos analisados	R\$3.854.486,78	R\$3.854.486,78	
3.1.8	Análise do Resultado Patrimonial do Período evidenciado na DEMVAP e BALPAT (exercício anterior)	BALPAT DEMVAP	Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964	Constatou-se a conformidade entre os valores registrados nos demonstrativos analisados	R\$ 5.958.941,25	R\$ 5.958.941,25	
3.1.9	Análise entre o BALFIN e o BALORC em relação aos Restos a Pagar processados	BALFIN BALORC	Base Legal: arts. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964	Verificou-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis, em relação ao montante de inscrição de restos a pagar do exercício	R\$ 2.337.213,67	R\$ 2.337.213,67	
3.1.10	Conferência dos saldos devedores e credores	BALPAT DEMVAP	Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964	Constatou-se que a soma do ativo e VPD, corresponde à soma do passivo e VPA e Resultado Patrimonial	R\$ 140.078.159,14	R\$ 140.078.159,14	



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL**

3.1.11	Análise dos saldos bancários e o saldo contábil registrado no TVDISP	EXTRATO TVDISP	MCASP	Constatou-se que os valores registrados no TVDISP corresponde ao saldo dos extratos em 31/12/2021	R\$ 8.680.780,34	R\$ 8.680.780,34	
3.1.12	Análise do Recolhimento de Contribuições Previdenciárias - Contribuição Patronal	FOPAG RELATÓRIOS CONTÁBEIS	Base Normativa: Art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/64 e artigo 40 da CF de 1988	Constatou-se que 100% das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS e ao INSS foram liquidadas e 85,51% foram pagas, de acordo com o sistema de contabilidade. Constatou-se ainda que o percentual de 14,49% das contribuições não pagas refere-se a competência de dezembro de 2022, com vencimento em janeiro de 2023.	R\$ 3.877.051,96	R\$ 3.877.051,96	
3.1.13	Análise do Recolhimento de Contribuições Previdenciárias – Contribuição Servidor	FOPAG RELATÓRIOS CONTÁBEIS	Base Normativa: Art. 85, 87, 102 e 103 da Lei 4.320/64 e artigo 40 da CF de 1988	Constatou-se que 100% das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS e INSS foram registradas e 96,31% foram pagas, de acordo com o sistema de contabilidade. Constatou-se ainda que o percentual de 3,69% das contribuições não pagas refere-se a competência de dezembro de 2022, com vencimento em janeiro de 2023.	R\$ 2.332.991,23	R\$ 2.332.991,23	

1.2. Constatações e proposições

Na tabela abaixo, são apresentadas as constatações acerca dos itens selecionados para análise conforme tabela do tópico 1.1, indicando os achados, as proposições e a situação na data do balanço:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.4	Constatou-se diferença no valor de R\$ 36.893,31, entre o montante registrado no extrato bancário e termo de verificação das disponibilidades.	Conferência da conciliação bancária visando identificar e corrigir a diferença apurada	Encaminhado à Fazenda/ Contabilidade
2.2.32	Constatou-se que as medições inseridas no processo 9129/2022, foram liquidadas em 17/05/2022, no entanto, o pagamento ocorreu em 12/05/2022.	Recomendou que a Semfa/Financeiro, não realize pagamento de despesas sem a regular liquidação, em atendimento ao artigo 62 da Lei 4320/64.	Encaminhado à Secretaria Municipal da Fazenda, visando dar ciência dos fatos, e recomendar a adoção medidas para que não haja reincidência.
3.1.11	Conforme item 1.3.4, constatou-se diferença no valor de R\$ 36.893,31, entre o montante registrado no extrato bancário e termo de verificação das disponibilidades.	Conferência da conciliação bancária visando identificar e corrigir a diferença apurada	Encaminhado à Fazenda/ Contabilidade



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
CONTROLADORIA GERAL

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Edson Figueiredo Magalhães, gestor do Fundo Municipal da Saúde, relativa ao exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 deste relatório, a referida prestação de contas encontra-se regular com ressalva, em condição de ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado para análise e julgamento.

Guarapari/ES, 07 de março de 2023

Jacinta Meriguete Costa
Controladora Geral
CRC/ES 021.795/0